Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 7

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016 15

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 70

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 71

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 72

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	87.163.450
Preferenciais	0
Total	87.163.450
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.279.608	2.422.758
1.01	Ativo Circulante	427.317	444.600
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	149.357	186.678
1.01.02	Aplicações Financeiras	65.653	40.506
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.653	40.506
1.01.03	Contas a Receber	142.242	143.243
1.01.03.01	Clientes	142.242	143.243
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.073	14.504
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.073	14.504
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.554	10.348
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	38.438	49.321
1.01.08.03	Outros	38.438	49.321
1.02	Ativo Não Circulante	1.852.291	1.978.158
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	290.300	355.135
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	109.312	134.706
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	109.312	134.706
1.02.01.03	Contas a Receber	1.758	1.758
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.758	1.758
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	152.034	144.725
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	152.034	144.725
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	27.196	73.946
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.601	14.609
1.02.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.595	59.337
1.02.02	Investimentos	919	734
1.02.02.01	Participações Societárias	919	734
1.02.03	Imobilizado	1.537.079	1.602.700
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.537.079	1.602.700
1.02.03.01.01	Veículos, tratores e colhederas sujeitos a arrendamento mercantil operacional	1.517.557	1.586.511
1.02.03.01.02	Outros imobilizados	19.522	16.189
1.02.04	Intangível	23.993	19.589
1.02.04.01	Intangíveis	23.993	19.589
1.02.04.01.02	Software	23.993	19.589

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.279.608	2.422.758
2.01	Passivo Circulante	889.407	816.131
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.268	12.025
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.268	12.025
2.01.01.01.01	Salários e férias a pagar	9.268	9.915
2.01.01.01.02	Distribuição de lucros a pagar	0	2.110
2.01.02	Fornecedores	65.884	53.083
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	65.884	53.083
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.262	8.617
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.262	8.617
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	8.262	8.617
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	800.372	715.038
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	462.736	392.161
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	462.736	392.161
2.01.04.02	Debêntures	149.234	95.743
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	188.402	227.134
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	188.402	227.134
2.01.05	Outras Obrigações	5.621	27.368
2.01.05.02	Outros	5.621	27.368
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	5.621	27.368
2.02	Passivo Não Circulante	1.204.074	1.422.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.062.957	1.288.517
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	699.972	804.364
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	699.972	804.364
2.02.01.02	Debêntures	229.979	323.947
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	133.006	160.206
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	133.006	160.206
2.02.02	Outras Obrigações	2.954	354
2.02.02.02	Outros	2.954	354
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	2.954	354
2.02.03	Tributos Diferidos	124.573	120.517
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	124.573	120.517
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.039	91.578
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	31.534	28.939
2.02.04	Provisões	13.590	13.542
2.02.04.02	Outras Provisões	13.590	13.542
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	13.590	13.542
2.03	Patrimônio Líquido	186.127	183.697
2.03.01	Capital Social Realizado	102.723	102.723
2.03.04	Reservas de Lucros	83.332	80.887
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	72	87

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	248.725	474.446	245.242	453.839
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-182.362	-343.422	-178.308	-333.271
3.03	Resultado Bruto	66.363	131.024	66.934	120.568
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.084	-18.885	-10.120	-18.152
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.533	-1.592	-81	-222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.268	-16.853	-9.240	-17.148
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-394	-625	-812	-805
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	111	185	13	23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.279	112.139	56.814	102.416
3.06	Resultado Financeiro	-55.451	-107.383	-51.186	-95.534
3.06.01	Receitas Financeiras	85.153	160.167	67.246	118.068
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.604	-267.550	-118.432	-213.602
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.828	4.756	5.628	6.882
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-954	-2.326	-2.306	-3.291
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	874	2.430	3.322	3.591
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	874	2.430	3.322	3.591
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01003	0,02788	0,03811	0,04120
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01003	0,02788	0,03811	0,04120

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	874	2.430	3.322	3.591
4.03	Resultado Abrangente do Período	874	2.430	3.322	3.591

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	236.815	186.538
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	359.687	315.467
6.01.01.01	Resultado do Período	2.430	3.591
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	130.126	120.600
6.01.01.03	Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosas e Contingências	3.046	1.498
6.01.01.04	Custo Residual do Ativo Alienado	103.722	78.339
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.461	3.291
6.01.01.07	Instrumentos Financeiros Derivativos e Variação Cambial	20.770	12.656
6.01.01.08	Despesa de Juros	105.626	95.515
6.01.01.09	Resultado na alienação de controlada	-185	-23
6.01.01.12	Juros sobre ativos financeiros não realizados	-7.309	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-122.872	-128.929
6.01.02.01	Aumento (redução) em Contas a Receber	-643	-32.036
6.01.02.02	Aumento (redução) em Outras Contas a Receber	-12.194	-4.527
6.01.02.03	Aumento (redução) em Fornecedores	12.801	-13.814
6.01.02.04	Aumento (redução) em Partes Relacionadas	96	0
6.01.02.05	Aumento (redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	509	2.189
6.01.02.06	Aumento (redução) em Contas a Pagar e Provisões	-18.545	-1.668
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos no Período	-864	0
6.01.02.08	Juros pagos	-104.032	-79.073
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.736	-130.702
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-77.101	-59.444
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	247	-67.730
6.02.05	Ativo de Ativo Intangìvel	-5.882	-3.528
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-191.400	-163.952
6.03.01	Distribuição de Lucros	-2.110	-4.243
6.03.02	Empréstimos , Financiamentos e Debêntures Captados	255.723	249.190
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Pagos	-431.459	-403.096
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial pagos	-13.554	-5.803
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.321	-108.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	186.678	327.619
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	149.357	219.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	102.723	10.745	70.142	0	87	183.697
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	102.723	10.745	70.142	0	87	183.697
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.445	-15	2.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.430	0	2.430
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	15	-15	0
5.05.02.06	Resultado do custo atribuído, líquido dos impostos	0	0	0	15	-15	0
5.07	Saldos Finais	102.723	10.745	70.142	2.445	72	186.127

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	102.723	10.301	63.551	0	348	176.923
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	102.723	10.301	63.551	0	348	176.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.762	-171	3.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.591	0	3.591
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	171	-171	0
5.05.02.06	Resultado do custo atribuído, líquido dos impostos	0	0	0	171	-171	0
5.07	Saldos Finais	102.723	10.301	63.551	3.762	177	180.514

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	514.927	500.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	516.543	500.481
7.01.02	Outras Receitas	28	64
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.644	-215
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-175.123	-167.882
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-168.010	-160.471
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.113	-7.411
7.03	Valor Adicionado Bruto	339.804	332.448
7.04	Retenções	-130.126	-120.600
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-130.126	-120.600
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	209.678	211.848
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.255	19.462
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	185	23
7.06.02	Receitas Financeiras	33.070	19.439
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	242.933	231.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	242.933	231.310
7.08.01	Pessoal	60.854	70.576
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.262	41.515
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.387	115.628
7.08.03.01	Juros	136.249	112.978
7.08.03.02	Aluguéis	4.138	2.650
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.430	3.591
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.430	3.591

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.280.195	2.422.922
1.01	Ativo Circulante	428.815	445.490
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150.437	187.448
1.01.02	Aplicações Financeiras	65.653	40.506
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.653	40.506
1.01.02.01.03	Aplicações FInanceiras Vinculadas	65.653	40.506
1.01.03	Contas a Receber	142.348	143.363
1.01.03.01	Clientes	142.348	143.363
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.078	14.504
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.078	14.504
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.554	10.348
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	38.745	49.321
1.01.08.03	Outros	38.745	49.321
1.02	Ativo Não Circulante	1.851.380	1.977.432
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	290.300	355.135
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	109.312	134.706
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	109.312	134.706
1.02.01.03	Contas a Receber	1.758	1.758
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.758	1.758
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	152.034	144.725
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	152.034	144.725
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	27.196	73.946
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.601	14.609
1.02.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.595	59.337
1.02.02	Investimentos	8	8
1.02.03	Imobilizado	1.537.079	1.602.700
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.537.079	1.602.700
1.02.03.01.01	Veículos, tratores e colhederas sujeitos a arrendamento mercantil operacional	1.517.557	1.586.511
1.02.03.01.02	Outros imobilizados	19.522	16.189
1.02.04	Intangível	23.993	19.589
1.02.04.01	Intangíveis	23.993	19.589
1.02.04.01.02	Software	23.993	19.589

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.280.195	2.422.922
2.01	Passivo Circulante	889.985	816.288
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.268	12.025
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.268	12.025
2.01.01.01.01	Salários e férias a pagar	9.268	9.915
2.01.01.01.02	Distribuição de lucros a pagar	0	2.110
2.01.02	Fornecedores	66.445	53.235
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.445	53.235
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.274	8.622
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.274	8.622
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	8.274	8.622
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	800.372	715.038
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	462.736	392.161
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	462.736	392.161
2.01.04.02	Debêntures	149.234	95.743
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	188.402	227.134
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	188.402	227.134
2.01.05	Outras Obrigações	5.626	27.368
2.01.05.02	Outros	5.626	27.368
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	5.626	27.368
2.02	Passivo Não Circulante	1.204.074	1.422.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.062.957	1.288.517
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	699.972	804.364
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	699.972	804.364
2.02.01.02	Debêntures	229.979	323.947
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	133.006	160.206
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	133.006	160.206
2.02.02	Outras Obrigações	2.954	354
2.02.02.02	Outros	2.954	354
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	2.954	354
2.02.03	Tributos Diferidos	124.573	120.517
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	124.573	120.517
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.039	91.578
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	31.534	28.939
2.02.04	Provisões	13.590	13.542
2.02.04.02	Outras Provisões	13.590	13.542
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	13.590	13.542
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	186.136	183.704
2.03.01	Capital Social Realizado	102.723	102.723
2.03.04	Reservas de Lucros	83.332	80.887
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	72	87
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	9	7

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	250.789	476.914	245.242	453.839
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-184.310	-345.710	-178.308	-333.271
3.03	Resultado Bruto	66.479	131.204	66.934	120.568
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.195	-19.070	-10.133	-18.175
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.533	-1.592	-81	-222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.268	-16.853	-9.240	-17.148
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-394	-625	-812	-805
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.284	112.134	56.801	102.393
3.06	Resultado Financeiro	-55.441	-107.351	-51.168	-95.498
3.06.01	Receitas Financeiras	85.167	160.204	67.264	118.104
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.608	-267.555	-118.432	-213.602
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.843	4.783	5.633	6.895
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-968	-2.351	-2.311	-3.304
3.08.01	Corrente	-878	-889	-5	-13
3.08.02	Diferido	-90	-1.462	-2.306	-3.291
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	875	2.432	3.322	3.591
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	875	2.432	3.322	3.591
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	874	2.430	3.322	3.591
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1	2	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01004	0,02790	0,03811	0,04120
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01004	0,02790	0,03811	0,04120

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	875	2.432	3.322	3.591
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	875	2.432	3.322	3.591
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	875	2.432	3.322	3.591

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	237.125	186.559
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	359.874	315.490
6.01.01.01	Resultado do Período	2.432	3.591
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	130.126	120.600
6.01.01.03	Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências	3.046	1.498
6.01.01.04	Custo Residual do Ativo Alienado	103.722	78.339
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.461	3.291
6.01.01.07	Instrumentos Financeiros Derivativos e Variação Cambial	20.770	12.656
6.01.01.08	Despesa de Juros	105.626	95.515
6.01.01.12	Juros sobre ativos financeiros não realizados	-7.309	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-122.749	-128.931
6.01.02.01	Aumento (redução) em Contas a Receber	-629	-32.036
6.01.02.02	Aumento (redução) em Outras Contas a Receber	-12.506	-4.527
6.01.02.03	Aumento (redução) em Fornecedores	13.210	-13.814
6.01.02.04	Aumento (redução) em Partes Relacionadas	96	0
6.01.02.05	Aumento (redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	541	2.202
6.01.02.06	Aumento (redução) em Contas a Pagar e Provisões	-18.540	-1.670
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos no Período	-889	-13
6.01.02.08	Juros pagos	-104.032	-79.073
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.736	-130.702
6.02.01	Aqusição de Ativo Imobilizado	-77.101	-59.444
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	247	-67.730
6.02.05	Aquisição de Ativo Intangível	-5.882	-3.528
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-191.400	-163.952
6.03.01	Distribuição de Lucros	-2.110	-4.243
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Captados	255.723	249.190
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Pagos	-431.459	-403.096
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial pagos	-13.554	-5.803
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.011	-108.095
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	187.448	328.251
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.437	220.156

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	102.723	10.745	70.142	0	87	183.697	7	183.704
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	102.723	10.745	70.142	0	87	183.697	7	183.704
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.445	-15	2.430	2	2.432
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.430	0	2.430	2	2.432
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	15	-15	0	0	0
5.05.02.06	Resultado do custo atribuído, líquido dos impostos	0	0	0	15	-15	0	0	0
5.07	Saldos Finais	102.723	10.745	70.142	2.445	72	186.127	9	186.136

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	102.723	10.301	63.551	0	348	176.923	6	176.929
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	102.723	10.301	63.551	0	348	176.923	6	176.929
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.762	-171	3.591	0	3.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.591	0	3.591	0	3.591
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	171	-171	0	0	0
5.05.02.06	Resultado do custo atribuído, líquido dos impostos	0	0	0	171	-171	0	0	0
5.07	Saldos Finais	102.723	10.301	63.551	3.762	177	180.514	6	180.520

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	517.417	500.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	519.033	500.481
7.01.02	Outras Receitas	28	64
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.644	-215
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-177.410	-167.882
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-170.297	-160.471
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.113	-7.411
7.03	Valor Adicionado Bruto	340.007	332.448
7.04	Retenções	-130.126	-120.600
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-130.126	-120.600
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	209.881	211.848
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.107	19.475
7.06.02	Receitas Financeiras	33.107	19.475
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	242.988	231.323
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	242.988	231.323
7.08.01	Pessoal	60.854	70.576
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.315	41.528
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.387	115.628
7.08.03.01	Juros	136.249	112.978
7.08.03.02	Aluguéis	4.138	2.650
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.432	3.591
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.430	3.591
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2	0

OUROVERDE

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

2T16

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

1. DESTAQUES

- Apesar dos números negativos do PIB nos dois primeiros trimestres de 2016, os últimos dados da atividade econômica criam uma perspectiva de estabilidade e melhora para os próximos trimestres. Mesmo nesse cenário incerto, a Ouro Verde novamente demonstrou sua grande qualidade de resiliência e apresentou crescimento no 1S16. A **Receita Operacional Líquida**, incluindo a venda de ativos, manteve evolução, com **aumento de 5,1%** em relação ao 1S15, totalizando R$476,9 milhões. A Receita Operacional Líquida foi impactada pelo crescimento de **43,0% da Receita da Venda de Frota**, parcialmente compensada pela redução de **2,0% da Receita Líquida de Serviços.**
- O **EBITDA ajustado** dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves no 1S16 totalizou **R$242,3 milhões**, 7,4% acima do valor apresentado no 1S15 com margem EBITDA de **64,7%**.
- A **frota** totalizou **30.459 itens** ao final do 1S16. Deste montante, 8.336 itens representavam máquinas e equipamentos pesados e 22.123 itens representam veículos leves.
- A **Receita Futura Contratada**, proveniente dos contratos com nossos clientes, que variam de dois a sete anos, com média de 4,7 anos, totalizou **R$2.037,3 milhões** no encerramento do 1S16.
- Ao final do 1S16, a Ouro Verde contava com uma posição de **Caixa e Aplicações Financeiras** no montante de **R$325,4 milhões**. Em contrapartida, o Endividamento Líquido Ajustado atingiu R$ 1.358,0 milhões, dos quais, 59,0% são decorrentes de FINAME e *Leasing*.
- A projeção da Companhia é manter sua solidez financeira, buscando o aumento da rentabilidade operacional e novos investimentos ainda mais seletivos, consequentemente reduzindo seus níveis de alavancagem financeira. Esta cautela já pode ser verificada na redução da alavancagem (endividamento líquido/ Ebitda Ajustado 12 meses) de 3,61x no 1S15, para 3,08x no 1S16.
- No segundo semestre de 2016, com o intuito de melhorar o perfil do nosso endividamento e dar suporte a evolução dos nossos negócios face a um ambiente de recessão econômica, a Ouro Verde tem como estratégia emitir novas operações de dívida através do mercado de capitais local e internacional, demonstrando foco no reforço de liquidez e alongamento do perfil da dívida.

Indicadores	30/06/2016	30/06/2015	Variação 2016 x 2015
Frota Total (un)	**30.459**	**33.347**	**-8,7%**
Receita Operacional Líquida (R$ Milhões)	**476,9**	**453,8**	**5,1%**
Resultado Bruto (R$ Milhões)	**131,2**	**120,6**	**8,8%**
Margem Bruta (%)	27,5%	26,6%	0,9%
Receita Líquida de Serviços (R$ Milhões)	**374,7**	**382,3**	**-2,0%**
EBITDA Ajustado* (R$ milhões)	**242,3**	**225,5**	**7,4%**
Margem EBITDA Ajustado (%)	64,7%	59,0%	5,7%
Lucro Líquido (R$ milhões)	**2,4**	**3,6**	**-32,3%**
Margem Líquida (%)	0,6%	0,9%	-0,3%
Endividamento Líquido Ajustado (R$ milhões)**	**1.358,0**	**1.478,8**	**-8,2%**

* Exclui o prejuízo com venda de ativos da operação descontinuada da Comlurb em 2015, no valor de R$2,6 milhões.

** Inclui o contas a receber por alienação da Martini Meat no montante de R$145 milhões no 1S15 e R$152 milhões no 1S16.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nos dois primeiros trimestres de 2016 houve redução do PIB, ocasionado principalmente por questões internas, já que o cenário global mostra estabilidade, e o mercado de trabalho vem apresentando fracos resultados. Pelo lado positivo, os últimos dados da atividade econômica vieram melhor do que o esperado e a indústria brasileira apresentou sinais de recuperação, onde destaca-se o aumento da confiança dos consumidores e empresários, criando uma perspectiva de estabilidade e melhora para os próximos trimestres.

Apesar das incertezas macroeconômicas, a Companhia atingiu resultados positivos no primeiro semestre do ano alcançados em todas as linhas de negócios, demonstrando mais uma vez sua forte característica anticíclica às crises econômicas, apresentando crescimento com rentabilidade conforme suas expectativas. A assertividade do posicionamento de nossa estratégia competitiva, através da diversificação de nosso portfólio de segmentos de atuação aliado aos contratos de longo prazo, favoreceu o crescimento e a rentabilidade apresentados neste período na comparação ao ano anterior.

A Ouro Verde atingiu uma Receita Líquida de Serviços no montante de R$374,7 milhões no 1S16, redução de 2,0%, quando comparado ao mesmo período anterior. O EBITDA ajustado dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves totalizou R$242,3 milhões, apresentando uma margem de 64,7%. Outro dado significante é a Receita Futura Contratada, que são as receitas já contratadas junto aos nossos clientes ao longo dos próximos anos, que atingiu R$2.037,3 milhões no 1S16, com prazo médio de contratos de 4,7 anos.

Contudo, mesmo com a forte demanda apresentada no setor, a projeção da Companhia é manter sua solidez financeira, buscando o aumento da rentabilidade operacional através das reduções de custos e despesas e novos investimentos ainda mais seletivos, consequentemente reduzindo seus níveis de alavancagem financeira. Esta cautela já pode ser verificada no montante de investimentos realizados ao longo do primeiro semestre em nossa frota, que totalizou R$159,1 milhões em 2016, representando uma redução de 39,9% em relação ao mesmo período de 2015, reduzindo a alavancagem (endividamento líquido dividido pelo Ebitda Ajustado acumulado 12 meses) de 3,61x no 1S15, para 3,08x no 1S16.

No segundo semestre de 2016, com o intuito de melhorar o perfil do nosso endividamento e dar suporte a evolução dos nossos negócios face a um ambiente de recessão econômica, a Ouro Verde tem como estratégia emitir novas operações de dívida através do mercado de capitais local e internacional, demonstrando foco no reforço de liquidez e alongamento do perfil da dívida.

3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

Somos uma locadora multimarcas de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. Não celebramos contratos de fornecimento ou acordos de fidelização junto a quaisquer fabricantes ou fornecedores, o que nos permite assegurar nossa flexibilidade em nossas relações comerciais. Atendemos todas as regiões do território nacional, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos. Nossa frota é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade e portanto com vasto mercado secundário para venda do ativo usado ao final do contrato de locação.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

Abaixo descrevemos nossas principais atividades por segmento:

3.1 Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados

A unidade de negócio de locação de máquinas e equipamentos pesados atua nos segmentos de agronegócio, infraestrutura, construção civil, industrial, florestal, mineração, portos, entre outros, com atuação nacional e contratos que variam entre três e sete anos.

Nossos principais equipamentos são: caminhões, tratores, escavadeiras, pás-carregadeiras, empilhadeiras, rebocadores, retroescavadeiras, moto niveladoras, equipamentos para o plantio e colheita do agronegócio, mini carregadeiras, plataformas aéreas, entre outros.

Para nossos principais itens de máquinas e equipamentos pesados, principalmente caminhões, tratores, colhedoras e pás carregadeiras, atuamos de forma proativa junto aos principais fornecedores por meio de reservas antecipadas. Isso nos permite reduzir o prazo de entrega desses ativos e nossa exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda. Acreditamos que essa agilidade é um importante fator considerado pelo cliente na tomada de decisão de locação.

3.2 Terceirização de Veículos Leves

A unidade de negócios de terceirização de veículos leves possui atuação nacional, veículos multimarcas e contratos que variam entre dois e três anos.

Além da terceirização de frota, oferecemos aos nossos clientes a gestão de serviços acessórios que inclui entre outros itens, a administração de infrações e de multas de trânsito, licenciamento anual dos veículos, sinistros, seguros, serviços de assistência 24 horas, telemetria e gestão de combustível. Nas situações de veículos avariados, sinistrados ou em paradas para manutenções, disponibilizamos veículos substitutos, similares, a fim de não ocasionar nenhum prejuízo às operações dos nossos clientes. Os itens que compõem a terceirização de veículos leves são: carros populares, utilitários, carros executivos e vans.

Nossos principais fornecedores são as montadoras instaladas no Brasil, principalmente Fiat, Volkswagen, GM, Renault e Ford, junto às quais adquirimos os veículos para renovação e expansão de nossa frota. Não temos contratos firmados com as montadoras, sendo as negociações realizadas a cada compra, possibilitando maior competitividade nos preços, principalmente neste período de baixa nas vendas das montadoras para o varejo.

3.3 Compra e Venda de Ativos e Gestão de Operações

Possuímos uma diretoria focada na compra e venda dos nossos ativos, que atende tanto o segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados quanto de terceirização de veículos leves.

Os ativos alocados (veículos e equipamentos) retornam para nossa Companhia na renovação ou encerramento dos contratos, sendo destinados à venda, para ambos os segmentos e como parte do negócio de locação.

Nossa estratégia nos últimos anos tem sido a de diversificar nossos canais de vendas, buscando alternativas que visam o aumento da nossa rentabilidade. Nossos principais canais de venda estão indicados a seguir:

- *Atacado*: nossas vendas no atacado são destinadas aos revendedores e as concessionárias.

- *Venda direta ao usuário*: trata-se da venda direta de nossos veículos leves desmobilizados aos usuários do nosso cliente, da terceirização de veículos leves.
- *Varejo*: venda das máquinas e equipamentos pesados e veículos leves desmobilizados ao comprador final.
- *Leilões*: venda dos nossos ativos por meio de um website dedicado e também através da realização de leilões eletrônicos com abrangência nacional, nos quais os veículos são individualmente oferecidos.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

Encerramos o primeiro semestre de 2016 com uma frota total de 30.459 ativos, uma queda de 8,7% frente ao primeiro semestre de 2015. No 1S16 foram investidos R$159,1 milhões comparados com R$264,8 milhões aplicados no mesmo período de 2015, resultado da estratégia da Companhia de manutenção da sua solidez financeira, buscando novos investimentos ainda mais seletivos, visando redução nos níveis de alavancagem financeira da Companhia. A alavancagem (endividamento líquido dividido pelo Ebitda Ajustado acumulado 12 meses) diminuiu de 3,61x no 1S15, para 3,08x no 1S16.

Possuímos um portfólio de contratos firmados com nossos clientes, com prazos de duração entre dois e sete anos, que contém receitas futuras contratadas no montante de R$ 2.037,3 milhões no 1S16. Tais contratos fortalecem a geração operacional de caixa, gerando previsibilidade da receita. O prazo médio destes contratos é de 4,7 anos.

4.1 Receita Líquida por Segmento

	Período encerrado em 30 de Junho de				
	2016		2015		Variação 2016 x 2015
	R$ mil	%	R$ mil	%	%
Receita Operacional Líquida	**476.914**	**100,0%**	**453.839**	**100,0%**	**5,1%**
Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados	272.980	57,2%	273.817	60,3%	-0,3%
Terceirização de Veículos Leves	203.934	42,8%	180.022	39,7%	13,3%
Receita Líquida de Serviços	**374.654**	**78,6%**	**382.322**	**84,2%**	**-2,0%**
Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados	245.151	51,4%	247.773	54,6%	-1,1%
Terceirização de Veículos Leves	129.503	27,2%	134.549	29,6%	-3,8%
Receita de Venda da Frota	**102.260**	**21,4%**	**71.517**	**15,8%**	**43,0%**
Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados	27.829	5,8%	26.044	5,7%	6,9%
Terceirização de Veículos Leves	74.431	15,6%	45.473	10,1%	63,7%

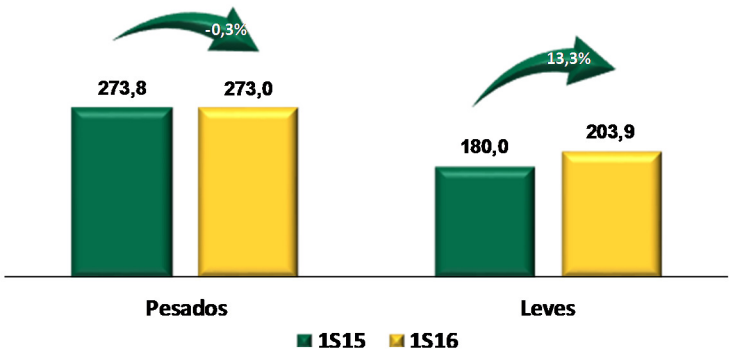
Encerramos o 1S16 com uma Receita Operacional Líquida de R$476,9 milhões, apresentando um crescimento de 5,1% quando comparado ao mesmo período de 2015. O crescimento em 2016 não apresentou ou mesmos níveis de anos anteriores em função da estratégia da Companhia na manutenção da sua solidez financeira, buscando novos investimentos ainda mais seletivos, visando redução nos níveis de alavancagem financeira da Companhia. A receita operacional líquida

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

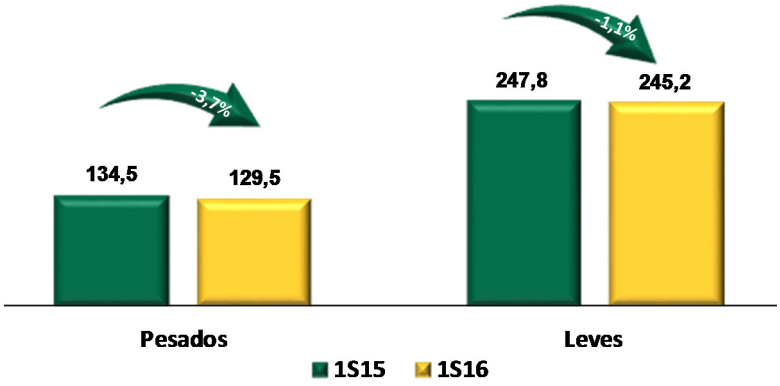
proveniente do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados totalizou R$273,0 milhões e R$273,8 milhões, respectivamente nos períodos de 1S16 e 1S15 com redução de 0,3% no período. A receita operacional líquida do segmento de terceirização de veículos leves totalizou R$203,9 milhões e R$180,0 milhões, respectivamente no 1S16 e 1S15, apresentando um crescimento de 13,3% no período.

A receita de venda da frota cresceu 43,0% no 1S16 decorrente do maior volume de ativos para vendas, quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. A receita líquida de serviços decresceu 2,0%, ao comparar 1S16 com 1S15 em função da menor quantidade de ativos locados, ocasionado pela seleção dos clientes mais rentáveis e contratos com melhores margens.

Receita Operacional Líquida por Segmento



Receita Líquida de Serviços por Segmento



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

4.2 EBITDA e Margem EBITDA por Segmento

	Período encerrado em 30 de Junho de					
	2016			2015		
	Locação de Máq e Equip Pesados	Terceirização de Veículos Leves	Segmento Pesados + Leves	Locação de Máq e Equip Pesados	Terceirização de Veículos Leves	Segmento Pesados + Leves
Ebtida Ajustada dos Segmentos de Pesados e Leves	**154.757**	**87.503**	**242.260**	**138.976**	**86.570**	**225.546**
Receita Líquida de Serviços	245.151	129.503	**374.654**	247.773	134.549	**382.322**
Margem Ebitda Ajustado total dos Segmentos de Pesados e Leves	**63,1%**	**67,6%**	**64,7%**	**56,1%**	**64,3%**	**59,0%**

O EBITDA Ajustado de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves atingiu R$242,3 milhões e R$225,6 milhões, no 1S16 e 1S15, respectivamente, representando um crescimento de 7,4% entre os períodos mencionados.

A margem EBITDA Ajustada dos segmentos de pesados e leves, considerando somente a receita líquida de serviços, ou seja, desconsiderando a venda dos ativos foi de 64,7% e 59,0% para o 1S16 e 1S15, respectivamente.

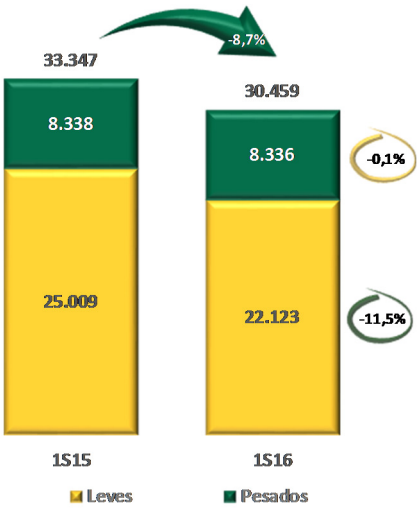
Nosso segmento de terceirização de veículos leves atingiu um EBITDA Ajustado de R$87,5 milhões e R$86,6 milhões no 1S16 e 1S15 respectivamente, registrando margem EBITDA Ajustada de 67,6% e 64,3% nos mesmos períodos, enquanto que o segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados, seu EBITDA Ajustado atingiu R$154,8 milhões e R$139,0 milhões no 1S16 e 1S15, gerando uma margem EBITDA Ajustada de 63,1% e 56,1% nos mesmos períodos.

5. FROTA

No 1S16, nossa frota total diminuiu em 2.888 itens, ou 8,7%, quando comparamos com o mesmo período encerrado em 2015, atingindo um total de 30.459, com um valor contábil de aproximadamente R$1,5 bilhão.

A redução da frota ocorreu em função da estratégia da Companhia em selecionar os clientes mais rentáveis e os contratos com melhores margens, a fim de manter sua solidez financeira, visando redução nos níveis de alavancagem financeira da Companhia.

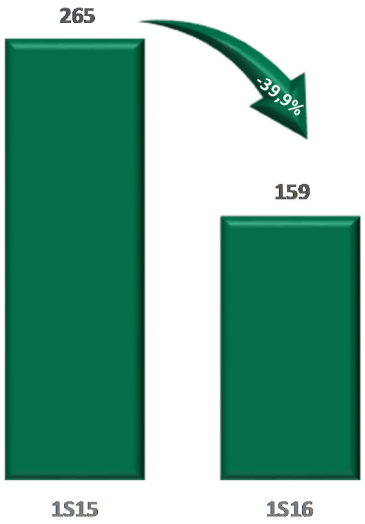
Em 30 de junho de 2016, a idade média da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados era de 32,8 meses e de 21,2 meses para a nossa frota de veículos leves. A idade média da frota total no 1S16 era de 24,4 meses.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

6. INVESTIMENTOS

A Companhia investiu no 1S16, R$159,1 milhões, representando uma redução de 39,9% comparado com o mesmo período de 2015, conforme gráfico ao lado. As aquisições são realizadas mediante contratação de financiamento na modalidade FINAME/PSI para o segmento de pesados e Leasing para leves.



Esta redução é resultado da estratégia da Companhia na manutenção da sua solidez financeira, buscando novos investimentos ainda mais seletivos, visando redução nos níveis de alavancagem financeira da Companhia. A alavancagem (endividamento líquido dividido pelo Ebitda Ajustado acumulado 12 meses) diminuiu de 3,61x no 1S15, para 3,08x no 1S16.

7. ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos (R$ '000)	1S16	2015	1S15	Variação 1S16 x 2015	Variação 1S16 x 1S15
Curto Prazo	785.054	683.514	655.456	14,9%	19,8%
Longo Prazo	1.050.362	1.229.180	1.338.670	-14,5%	-21,5%
Endividamento Bruto	**1.835.416**	**1.912.694**	**1.994.126**	**-4,0%**	**-8,0%**
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	325.402	362.660	370.593	-10,3%	-12,2%
(=) Endividamento Líquido	**1.510.014**	**1.550.034**	**1.623.533**	-2,6%	**-7,0%**
(-) Contas a receber por alienação - Martini Meat	152.034	144.725	144.725	5,1%	5,1%
(=) Endividamento Líquido Ajustado	**1.357.980**	**1.405.309**	**1.478.808**	-3,4%	**-8,2%**

Em 30 de junho 2016, possuíamos 42,8% de nosso endividamento no curto prazo, sustentando a estratégia da Companhia de manter a maior parte de nosso endividamento no longo prazo. A dívida originária de financiamentos contratados nas modalidades do Finame e *Leasing,* para aquisição de frota, representavam 59,0% do nosso endividamento líquido ajustado.

A redução de capex é resultado da estratégia da Companhia na manutenção da sua solidez financeira, buscando novos investimentos ainda mais seletivos, visando redução nos níveis de alavancagem financeira da Companhia. A alavancagem (endividamento líquido dividido pelo Ebitda Ajustado acumulado 12 meses) diminuiu de 3,61x no 1S15, para 3,08x no 1S16.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

8. GLOSSÁRIO

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

EBITDA - É uma medição não contábil calculada pela Ouro Verde e conciliada com suas demonstrações financeiras observadas as disposições da Instrução CVM 527, O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação de bens de uso e equipamentos de locação, pelas despesas com amortização do intangível e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. É divulgado o EBITDA porque a Companhia utiliza para medir seu desempenho.

EBITDA AJUSTADO DOS SEGMENTOS DE PESADOS E LEVES - Corresponde ao EBITDA calculado a partir da soma do EBITDA ajustado do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados e do EBITDA ajustado de segmento de terceirização de veículos leves da Companhia. O EBITDA Ajustado dos segmentos de pesados e leves é calculado como: receita líquida de cada um dos segmentos, menos custos, despesas com vendas, administrativas e gerais e outras despesas operacionais líquidas, mais a depreciação e amortização.

FINAME - Financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas no BNDES, para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

FINAME/PSI - FINAME no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - Endividamentos de curto e longo prazos subtraindo caixa e equivalentes de caixa.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO AJUSTADO - Endividamentos de curto e longo prazos subtraindo caixa, equivalentes de caixa e alienação da nossa participação na Martini Meat para nossa acionista controladora Novo Oriente.

LEASING - O *Leasing*, ou arrendamento mercantil, é uma operação com características legais próprias, em que o proprietário de um bem o arrenda a um terceiro, que terá a posse e poderá usufruir dele enquanto vigorar o contrato, com a opção de adquiri-lo ou não definitivamente no final.

MARTINI MEAT S.A. ARMAZENS GERAIS - "Martini Meat" - Companhia fechada que atua na operação de armazéns portuários.

PIB - Produto Interno Bruto.

RECEITA FUTURA CONTRATADA - Contratos de médio e longo prazo firmados entre a Companhia e os clientes gerando previsibilidade de receita.

RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS - Corresponde à receita operacional líquida dos serviços prestados dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, sem incluir a receita de venda dos ativos alienados para renovação da frota.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - Corresponde à receita operacional líquida dos serviços prestados dos segmentos de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves incluindo a receita de venda dos ativos alienados para renovação da frota.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9.1 Balanço Patrimonial – Ativo

(Em milhares de Reais)

Ativo	30/06/16	31/12/15
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	150.437	187.448
Aplicações financeiras vinculadas	65.653	40.506
Contas a receber de clientes	142.348	143.363
Impostos a recuperar	18.078	14.504
Despesas antecipadas	13.554	10.348
Ativos destinados a venda	307	-
Adiantamentos a fornecedores	200	1
Mútuos com partes relacionadas	64	160
Outros créditos	22.856	17.636
Instrumentos financeiros derivativos	15.318	31.524
	428.815	445.490
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	109.312	134.706
Instrumentos financeiros derivativos	12.595	59.337
Contas a receber por alienação de controlada	152.034	144.725
Depósitos judiciais	14.601	14.609
Outros créditos	1.758	1.758
Investimentos	8	8
Imobilizado		
Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional	1.517.557	1.586.511
Outros imobilizados	19.522	16.189
	1.537.079	1.602.700
Intangível	23.993	19.589
	1.851.380	1.977.432
	2.280.195	2.422.922

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

OUROVERDE

9.2 Balanço Patrimonial – Passivo

(Em milhares de Reais)

Passivo	30/06/16	31/12/15
Circulante		
Fornecedores	66.445	53.235
Financiamentos e empréstimos	452.075	390.234
Arrendamento mercantil	188.402	227.134
Debêntures	149.234	95.743
Adiantamentos de clientes	3.606	27.360
Impostos e contribuições a recolher	8.274	8.622
Salários e férias a pagar	9.268	9.915
Distribuição de lucros a pagar	-	2.110
Outras contas a pagar	2.020	8
Instrumentos financeiros derivativos	10.661	1.927
	889.985	816.288
Não circulante		
Financiamentos e empréstimos	687.043	804.364
Arrendamento mercantil	133.006	160.206
Debêntures	229.979	323.947
Provisão para contingências	13.590	13.542
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.039	91.578
PIS e COFINS diferidos	31.534	28.939
Outras contas a pagar	2.954	354
Instrumentos financeiros derivativos	12.929	-
	1.204.074	1.422.930
Patrimônio líquido		
Capital social	102.723	102.723
Reservas de lucros	83.332	80.887
Ajustes de avaliação patrimonial	72	87
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	186.127	183.697
Participação de acionistas não controladores	9	7
	186.136	183.704
	2.280.195	2.422.922

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

OUROVERDE

9.3 Demonstração de Resultado

(Em milhares de Reais)

	30/06/16	30/06/15
Receita operacional líquida	476.914	453.839
Custos dos serviços prestados e venda da frota	(345.710)	(333.271)
Resultado bruto	131.204	120.568
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(1.592)	(222)
Administrativas e gerais	(16.853)	(17.148)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(625)	(805)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	112.134	102.393
Receitas (despesas) financeiras		
Receitas financeiras	160.204	118.104
Despesas financeiras	(267.555)	(213.602)
Despesas financeiras, líquidas	(107.351)	(95.498)
Resultado antes dos impostos	4.783	6.895
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(2.351)	(3.304)
Resultado do período	2.432	3.591
Resultado atribuível aos:		
Acionistas controladores	2.430	3.591
Acionistas não controladores	2	-
Resultado do período	2.432	3.591

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2T16

OUROVERDE

9.4 Fluxo de Caixa – Método Indireto

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	30/06/16	30/06/15
Resultado do período	2.432	3.591
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	130.126	120.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.644	227
Provisão para contingências	1.402	1.271
Custo residual do ativo imobilizado alienado	103.722	78.339
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.461	3.291
Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial	20.770	12.656
Despesas de juros não realizadas	105.626	95.515
Juros sobre ativos financeiros não realizados	(7.309)	-
	359.874	315.490
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	(629)	(32.036)
(Aumento) em outras contas a receber	(12.506)	(4.527)
Aumento (redução) em fornecedores	13.210	(13.814)
Redução em partes relacionadas	96	-
Aumento em impostos e contribuições a recolher	541	2.202
(Redução) em contas a pagar e provisões	(18.540)	(1.670)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	(889)	(13)
Juros pagos	(104.032)	(79.073)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	237.125	186.559
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(77.101)	(59.444)
Aumento (redução) em aplicações financeiras vinculadas	247	(67.730)
Aquisição de ativo intangível	(5.882)	(3.528)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(82.736)	(130.702)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(2.110)	(4.243)
Empréstimos e financiamentos captados	255.723	249.190
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis pagos	(431.459)	(403.096)
Instrumentos financeiros derivativos e variação cambial realizados	(13.554)	(5.803)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(191.400)	(163.952)
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(37.011)	(108.095)
Demonstração da (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	187.448	328.251
No fim do período	150.437	220.156
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(37.011)	(108.095)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Companhia" ou "Ouro Verde") é uma sociedade anônima, registrada na CVM como emissora na categoria "A", sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de veículos leves. A Companhia além de atender todas as regiões do território brasileiro, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos, é uma empresa multimarcas, com relacionamento junto aos principais fabricantes nacionais e internacionais. A frota da Companhia é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade.

A Ouro Verde vem realizando investimentos em ativo fixo com o objetivo de atender às crescentes demandas de seus clientes. Durante o primeiro semestre de 2016, foram investidos R$ 159,1 milhões no aumento da frota (R$ 264,8 milhões em 2015), 39,9% inferior ao mesmo período de 2015, totalizando 30.459 itens (33.347 em 2015), dos quais 8.336 itens representam máquinas e equipamentos pesados e 22.123 itens representam veículos leves (8.338 e 25.009 em 2015 respectivamente), uma redução de 0,2% e 11,5% respectivamente, quando comparado ao período anterior. O valor contábil da frota no encerramento de junho de 2016 atingiu R$ 1.517,6 milhões.

Para o financiamento destes investimentos, a Companhia utiliza recursos de curto e longo prazo captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME/PSI, via BNDES, que são linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 17) e debêntures (nota explicativa 18).

Em 11 de novembro de 2015, a Companhia realizou emissão pública de 20.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 4ª (quarta) emissão da Emissora, com o valor nominal unitário de R$10, perfazendo o montante total de R$ 200.000. Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) aplicação nos CDBs Cedidos Fiduciariamente; (ii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro; e (iii) o refinanciamento de dívidas da Companhia.

Em 28 de junho de 2016, a Fitch Ratings, uma das principais agências de análise de risco no mercado financeiro internacional, publicou a confirmação do rating corporativo da Companhia como "A(bra)", com perspectiva estável, sob o reflexo da previsibilidade de receitas e margens decorrentes de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de frotas de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados. A classificação também destaca o resultado da base de negócios diversificada e crescente, apresentando nos últimos anos uma baixa a moderada alavancagem financeira, suportada por recursos das operações consistentes.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 7 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

A autorização para a conclusão destas informações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria da Companhia e sua controlada em 3 de agosto de 2016.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas investidas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas CPCs / IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 17** - arrendamento mercantil

Notas Explicativas

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3 (g)** - *impairment*;
- **Nota 8** - contas a receber de clientes (PCLD);
- **Nota 12** - imobilizado;
- **Nota 15** - utilização de prejuízos fiscais;
- **Nota 16** - provisão para contingências;
- **Nota 24** - instrumentos financeiros.

3.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras, individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controlada são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações financeiras da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Notas Explicativas

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e sua controlada tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não esteja próximo de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia e sua controlada de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o período corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a

Notas Explicativas

um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d. Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviços prestados

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

A receita de serviços a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de serviços prestados, não faturada ao cliente, calculada em base estimada referente ao período em que ocorreu a prestação de serviços, visando adequar o reconhecimento da receita ao período de competência.

Notas Explicativas

(ii) Venda da frota

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nas linhas de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda da frota, respectivamente.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O

Notas Explicativas

valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação da frota de veículos estão divulgadas na nota explicativa 12.

f. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização, para os ativos intangíveis com vida útil definida, é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele

Notas Explicativas

evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sob condições que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Companhia classifica seus segmentos operacionais (Locação de máquinas e equipamentos pesados e Terceirização de veículos leves) como suas unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o

Notas Explicativas

valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(ii) Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os períodos fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Notas Explicativas

Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

m. Resultado por ação - Básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos períodos apresentados.

n. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

A Administração considera que as operações da Companhia e sua controlada compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. A renovação da frota é inerente ao processo de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, de forma que não é separável e, por tal razão, não constitui um segmento distinto.

o. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas informações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicavel a partir de ou após 1º de

janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas

  Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Initiativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

Notas Explicativas

(ii) Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e sua controlada e contraparte quando apropriado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas abrangem as informações financeiras da controladora Ouro Verde Locação e Serviço S.A. e da controlada Ouro Verde Revenda Ltda. a seguir relacionada:

		Porcentagem de participação		
	Controle	**30/06/16**	**31/12/15**	**30/06/15**
Ouro Verde Revenda Ltda.	Direto	99%	99%	99%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**31/12/15**	**30/06/16**	**31/12/15**
Caixa e bancos	26.539	6.143	26.539	6.143
Aplicações financeiras	122.818	180.535	123.898	181.305
	149.357	186.678	150.437	187.448

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 102% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

7 Aplicações financeiras vinculadas (Controladora e consolidado)

	30/06/16	31/12/15
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados	174.965	175.212
(-) Parcelas classificadas no ativo circulante	(65.653)	(40.506)
Ativo não circulante	109.312	134.706

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos junto as instituições financeiras custodiantes.

Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Clientes nacionais	108.560	120.449	108.666	120.569
Serviços a faturar	39.165	28.078	39.165	28.078
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.483)	(5.284)	(5.483)	(5.284)
	142.242	143.243	142.348	143.363

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
A vencer	124.809	110.820	124.915	110.940
Vencidos até 30 dias	1.398	22.169	1.398	22.169
Vencidos de 31 a 60 dias	1.122	4.411	1.122	4.411
Vencidos de 61 a 90 dias	379	1.128	379	1.128
Vencidos acima de 91 dias	20.017	9.999	20.017	9.999
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.483)	(5.284)	(5.483)	(5.284)
	142.242	143.243	142.348	143.363

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**31/12/15**	**30/06/16**	**31/12/15**
Saldo inicial	5.284	2.946	5.284	2.946
Adição à provisão	1.657	2.367	1.657	2.367
Reversão à provisão	(13)	-	(13)	-
Utilização à provisão	(1.445)	(29)	(1.445)	(29)
Saldo final	5.483	5.284	5.483	5.284

9 Contas a receber por alienação de controlada

Refere-se ao valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, em 30 de abril de 2013, pelo valor total de R$ 144,7 milhões, conforme valor justo determinado pela Administração da Companhia apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas, em qualquer caso, após um período de carência de 60 meses, incindindo a partir de janeiro de 2016 correção monetária do saldo devedor calculada com base no IPCA, conforme 3º termo aditivo do referido contrato firmado em 4 de janeiro de 2016.

10 Partes relacionadas (Controladora e consolidado)

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	30/06/16	**31/12/15**
Ativo circulante		
Mútuos com partes relacionadas		
Martini Meat S.A. (parte relacionada) (a)	64	160
Ativo não circulante		
Contas a receber por alienação de controlada		
Novo Oriente Participações Ltda. (controladora) (b)	152.034	144.725
Passivo circulante		
Fornecedores		
Serenata Adm.de Bens Ltda. (parte relacionada) (c)	132	129
Ritmo Logística SA. (parte relacionada) (d)	-	152

(a) Refere-se a contrato de mútuo sem incidência de juros e data de vencimento.

(b) Vide nota explicativa 9.

(c) Saldo a pagar devido ao arrendamento de imóveis. O total de despesas incorridas com este arrendamento em 30 de junho de 2016 foi de R$ 792 (R$ 761 em 2015).

(d) Saldo a pagar referente a veículos adquiridos para revenda pela controlada Ouro Verde Revenda Ltda.

Notas Explicativas

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 30 de junho de 2016 a título de benefícios de curto prazo foi de R$ 3.338 (R$ 3.624 em 2015). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia e sua controlada tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda., com 62,78% de participação do seu capital social e o acionista Celso Antônio Frare, com 37,22% de participação do seu capital social.

11 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**31/12/15**	**30/06/16**	**31/12/15**
Participação em companhia controlada *(a.1)*	911	726	-	-
Outros investimentos	8	8	8	8
	919	734	8	8

a.1 Participação em companhia controlada - Ouro Verde Revenda

a.1.1 Movimentação dos saldos no período

Saldo em 1º de janeiro de 2015	619
Resultado na equivalência patrimonial	23
Saldo em 30 de junho de 2015	642
Saldo em 1º de janeiro de 2016	726
Resultado na equivalência patrimonial	185
Saldo em 30 de junho de 2016	911

a.1.2 Informações da controlada - Ouro Verde Revenda

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as principais informações financeiras da investida são:

	30/06/16	**31/12/15**
Ativo	1.498	890
Passivo	578	157
Receita	2.468	1.165
Lucro líquido do período	187	108
Capital social	10	10
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	10	10
Patrimônio líquido	920	733
Participação no capital social, no final do período	99%	99%
Participação no patrimônio líquido	911	726

Notas Explicativas

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

12 Imobilizado (Controladora e consolidado)

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras (*)	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação:						
Em 1º de janeiro de 2015	5.894	2.003.764	35.708	1.461	11.391	2.058.218
Adições (**)	15	264.123	698	149	2.384	267.369
Baixas	-	(158.802)	(2.303)	-	(7)	(161.112)
Transferências	630	6	125	-	(761)	-
Em 30 de junho de 2015	6.539	2.109.091	34.228	1.610	13.007	2.164.475
Em 1º de janeiro de 2016	7.402	2.083.159	32.272	1.588	12.998	2.137.419
Adições (**)	-	158.649	416	52	7.632	166.749
Baixas	-	(184.859)	(2.372)	-	(2)	(187.233)
Transferências	445	3.018	66	-	(3.529)	
Em 30 de junho de 2016	7.847	2.059.967	30.382	1.640	17.099	2.116.935
Depreciação:						
Em 1º de janeiro de 2015	(536)	(446.536)	(9.040)	(382)	(2.510)	(459.004)
Despesas de depreciação no período	(127)	(111.991)	(5.970)	(77)	(967)	(119.132)
Baixas	-	81.747	1.025	-	1	82.773
Em 30 de junho de 2015	(663)	(476.780)	(13.985)	(459)	(3.476)	(495.363)
Em 1º de janeiro de 2016	(802)	(513.923)	(14.997)	(522)	(4.475)	(534.719)
Despesas de depreciação no período	(155)	(125.324)	(2.058)	(81)	(1.030)	(128.648)
Baixas	-	81.945	1.565	-	1	83.511
Em 30 de junho de 2016	(957)	(557.302)	(15.490)	(603)	(5.504)	(579.856)
Valor residual líquido:						
Em 30 de junho de 2015	5.876	1.632.311	20.243	1.151	9.531	1.669.112
Em 1º de janeiro de 2016	6.600	1.569.236	17.275	1.066	8.523	1.602.700
Em 30 de junho de 2016	6.890	1.502.665	14.892	1.037	11.595	1.537.079
Taxas da depreciação % a.a.:	4	5,6 a 16,7	10 a 13,8	10	5 a 25	

(*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

(**) Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no período de 2016, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro, com reconhecimento direto do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R$ 89.648 (R$ 207.925 em 2015). Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento.

Mudança na estimativa relacionada à depreciação da frota de veículos e máquinas e equipamentos

No mês de junho de 2015 a Companhia realizou um estudo sobre o valor residual esperado na venda da sua frota. Como resultado, não houve alteração na vida útil dos bens, contudo, o valor residual esperado na venda de veículos aumentou e de empilhadeiras diminuiu, o que gerou um efeito líquido de R$ 10,3 milhões de redução na despesa de depreciação do período em função da alteração das taxas de depreciação.

13 Intangível (Controladora e consolidado)

		30/06/16			31/12/15
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares					
Sistemas de processamento de dados	20	32.211	(8.218)	23.993	19.589

14 Financiamentos e empréstimos (Controladora e consolidado)

Natureza	Taxa média efetiva de juros	30/06/16	31/12/15
FINAME	6,37% a.a.	480.206	563.225
CDC	11,42% a.a.	38.437	33.982
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,27% a.a.	355.727	377.789
Capital de giro	CDI + juros 3,58% a.a.	264.748	219.602
		1.139.118	1.194.598
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		(452.075)	(390.234)
Passivo não circulante		687.043	804.364

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R$ 1.153.599 (R$ 1.168.074 em 31 de dezembro de 2015) e aval do acionista majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do acionista majoritário no valor de R$ 264.748 (R$ 219.602 em 31 de dezembro de 2015).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto certas instituições financeiras, a Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e semestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- *rating* igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito;
- Dívida líquida / EBITDA ajustado *;
- EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
- Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
- Dividendos acrescidos de juros sobre o capital pago dividido pelo lucro líquido do período.

(*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**31/12/15**	**30/06/16**	**31/12/15**
Ativo não circulante				
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	7.085	6.669	7.085	6.669
Prejuízos fiscais a compensar	56.463	56.839	56.463	56.839
Regime tributação por caixa - variação cambial	3.652	29.966	3.652	29.966
	67.200	93.474	67.200	93.474
Passivo não circulante				
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	43.144	42.932	43.144	42.932
Regime de tributação por caixa - hedge	1.470	30.238	1.470	30.238
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	115.625	111.882	115.625	111.882
	160.239	185.052	160.239	185.052
	93.039	91.578	93.039	91.578

A Companhia e sua controlada, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e sua controlada.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**30/06/15**	**30/06/16**	**30/06/15**
Resultado do período antes de impostos	4.756	6.882	4.783	6.895
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(1.617)	(2.340)	(1.626)	(2.344)
Adições e exclusões permanentes e outros:				
Resultado de equivalência patrimonial	62	8	-	-
Despesas indedutíveis	(783)	(824)	(783)	(824)
Outras adições	(12)	(135)	46	(136)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(864)	-	(889)	(13)
Diferido	(1.462)	(3.291)	(1.462)	(3.291)
	(2.326)	(3.291)	(2.351)	(3.304)
Alíquota efetiva	49%	48%	49%	48%

Notas Explicativas

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Resultado do período antes de impostos	1.828	5.628	1.843	5.633
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(621)	(1.914)	(626)	(1.915)
Adições e exclusões permanentes e outros:				
Resultado de equivalência patrimonial	37	5	-	-
Despesas indedutíveis	(382)	(390)	(382)	(390)
Outras adições	12	(7)	40	(6)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(864)	-	(878)	(5)
Diferido	(90)	(2.306)	(90)	(2.306)
	(954)	(2.306)	(968)	(2.311)
Alíquota efetiva	52%	41%	53%	41%

16 Provisão para contingências (Controladora e consolidado)

A Companhia e sua controlada são partes (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/16			31/12/15
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis/ambientais	1.504	(55)	1.449	1.453
Tributárias	6.253	(6.173)	80	81
Trabalhistas	5.833	(1.474)	4.359	4.221
Processo IPVA (a)	-	(6.899)	(6.899)	(6.822)
	13.590	(14.601)	(1.011)	(1.067)

	31/12/15	30/06/16			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão	Saldo final
Cíveis/ambientais	1.508	311	(211)	(104)	1.504
Tributárias	6.092	161	-	-	6.253
Trabalhistas	5.942	1.223	(1.143)	(189)	5.833
	13.542	1.695	(1.354)	(293)	13.590

(a) O montante de R$ 6.899 (R$ 6.822 em 31 de dezembro de 2015) surgiu em decorrência de contingência ativa, na qual a Ouro Verde contesta o recolhimento de IPVA cobrado no estado de São Paulo, em função do prévio recolhimento no estado do Paraná. A Companhia não constituiu provisão por ter o entendimento de que tais autuações são contrárias à Constituição Federal e ao Código de Trânsito Brasileiro.

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 49.843 (R$ 48.048 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

A Companhia figura no pólo ativo em um processo no qual pleiteia a não incidência do PIS e da COFINS sobre a parcela de ICMS componente da receita operacional bruta. Sendo assim, a Companhia vem efetuando esses pagamentos na forma de depósito judicial, os quais somam R$ 6.173 em 30 de junho de 2016 (R$ 6.011 em 31 de dezembro de 2015).

17 Arrendamento mercantil (Controladora e consolidado)

a. Arrendatário

A Companhia e sua controlada possuem, em 30 de junho de 2016, R$ 416.923 (R$ 483.618 em 31 de dezembro de 2015) contabilizados como ativo imobilizado (custo de aquisição) (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem, substancialmente, prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data, sendo exercida pelo valor residual garantido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia e sua controlada reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R$ 27.165 (R$ 31.547 em 2015) relativos a despesas financeiras e R$ 68.035 (R$ 67.580 em 2015) relativo à despesa de depreciação.

Em 30 de junho de 2016, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	**Juros**	**Pagamentos futuros mínimos**
Até um ano	188.402	30.184	218.586
Entre um a dois anos	83.595	14.967	98.562
Entre dois a cinco anos	49.411	11.356	60.767
	321.408	56.507	377.915

A taxa média de juros dos contratos de arrendamento é de 1,29% ao mês para os contratos pré-fixados e CDI mais juros de 0,37% ao mês para os contratos pós-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

Os contratos de arrendamento no qual a Companhia é arrendatária não contém nenhuma cláusula de pagamentos contingentes os quais teriam impacto na despesa de arrendamento reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*); e
- Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.

(*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

A Companhia também loca o terreno da sede em Curitiba através de um arrendamento mercantil operacional firmado com parte relacionada (Serenata Administradora de Bens Ltda. - vide nota 10). A duração do contrato é de 5 anos, com a opção de renovação de prazo após esse período. O valor dos pagamentos é reajustado anualmente com base no IGP-M. No período findo em 30 de junho de 2016 a despesa total reconhecida no resultado relativa a essa operação foi de R$ 792 (R$ 761 em 2015).

b. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia entre de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 30 de junho de 2016:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	450.793	352.697	524.483	1.327.973

18 Debêntures (Controladora e consolidado)

Natureza	Encargos	30/06/16	31/12/15
3ª Emissão (a)	CDI + 2,4% a 2,5% a.a.	186.104	228.513
4ª Emissão (b)	CDI + 3,25% a.a.	201.701	201.702
Custos de transações (c)		(8.592)	(10.525)
		379.213	419.690
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		(149.234)	(95.743)
Passivo não circulante		229.979	323.947

(a) *3ª emissão debêntures*: Em 15 de março de 2014, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição pública de 25.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 480, não conversíveis em ações, da espécie com garantia

Notas Explicativas

real e fidejussória adicional, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 2 (duas) séries, da 3ª (terceira) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o montante total de R$ 250.000.

- Foram emitidas 25 mil debêntures, em duas séries, no valor total de R$ 250.000, sendo 18.000 Debêntures de 1ª série e 7.000 de 2ª série;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- A data de vencimento da 1ª série será em quatro anos, com vencimento previsto para 2018 e o vencimento da 2ª série será em cinco anos, com vencimento previsto para 2019;
- A amortização da 1ª série será mensal, a partir do final do 18º mês e a amortização da 2ª série será a partir do final do 24º mês;
- A remuneração da 1ª série será CDI+2,40%a.a. e a remuneração da 2ª série, será CDI+2,50% a.a., para todas as séries o pagamento dos juros será mensal;
- As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
- Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro, incluindo o pré-pagamento de operações de capital de giro.
- Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA ou da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão;
- Foi contratado o BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento, para ser o “Formador de Mercado”.
- O coordenador líder foi o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e os demais coordenadores foram Banco Votorantim S.A. e BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento.
- O agente fiduciário é a Pentágono DTVM e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A..

(b) *4ª emissão debêntures:* Em 11 de novembro de 2015, a Companhia realizou Oferta Restrita de distribuição de 20.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 4ª (quarta) emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o montante total de R$ 200.000.

- Foram emitidas 20 mil debêntures, em série única, no valor total de R$ 200.000;
- A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 25 de novembro de 2015 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o consequente recebimento do montante de R$ 200.000;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;

Notas Explicativas

- As debêntures de série única possuem prazo de vigência de 3 anos - ou 36 meses, com 12 meses de carência e 24 parcelas mensais para o valor unitário principal, 36 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
- Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3,25% ao ano;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

(c) *Custos de transações*: Os custos de transações incorridas, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, no processo de emissão da 3ª e 4ª debêntures da Companhia foram apresentados reduzindo o saldo passivo e computados na taxa efetiva dos juros. Os saldos dos custos de transações serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vencimento da debênture.

Cláusulas contratuais de vencimento antecipado (Covenants)
A Companhia e sua controlada assumiram a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
- EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
- Dívida líquida / ativo imobilizado; e
- Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.

(*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no montante de R$ 102.723 (R$ 102.723 em 31 de dezembro de 2015) está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações sem valor nominal.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é assim demonstrada:

Acionistas	Ações	%
Celso Antônio Frare	32.445.950	37,22
Novo Oriente Participações Ltda.	54.717.500	62,78
	87.163.450	100,00

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Notas Explicativas

b. Reservas de lucros

Reserva legal
Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos
O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros
O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2015 foi destinado à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de veículos, tratores e colhedoras registrados na data de transição para os CPCs e IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

20 Lucro líquido por ação

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, excluídas as ações em tesouraria.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**30/06/15**	**30/06/16**	**30/06/15**
Resultado do período	2.430	3.591	2.432	3.591
Lucro líquido por ação básico:				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R$)	0,02788	0,04120	0,02790	0,04120
Lucro líquido por ação diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R$)	0,02788	0,04120	0,02790	0,04120

Notas Explicativas

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

21 Receita operacional líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos:

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Prestação de serviços	422.149	441.271	422.149	441.271
Ativos alienados para renovação da frota	99.792	71.517	102.282	71.517
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(42.097)	(46.641)	(42.119)	(46.641)
Devoluções e abatimentos	(5.398)	(12.308)	(5.398)	(12.308)
	474.446	453.839	476.914	453.839

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Prestação de serviços	213.422	232.770	213.422	232.770
Ativos alienados para renovação da frota	59.872	39.873	61.953	39.873
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(22.093)	(25.168)	(22.110)	(25.168)
Devoluções e abatimentos	(2.476)	(2.233)	(2.476)	(2.233)
	248.725	245.242	250.789	245.242

A composição da receita líquida reconhecida durante o período em cada categoria significativa é como segue:

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Prestação de serviços	374.654	382.322	374.654	382.322
Ativos alienados para renovação da frota	99.792	71.517	102.260	71.517
	474.446	453.839	476.914	453.839

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Prestação de serviços	188.853	205.369	188.853	205.369
Ativos alienados para renovação da frota	59.872	39.873	61.936	39.873
	248.725	245.242	250.789	245.242

Notas Explicativas

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

22 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Custos				
Custo de venda da frota	96.750	73.859	99.037	73.859
Despesas com benefícios a empregados	60.089	71.342	60.089	71.342
Despesas de depreciação e amortização	128.172	118.671	128.172	118.671
Manutenção e reparos	39.897	50.450	39.897	50.450
Serviços de terceiros	7.253	8.079	7.254	8.079
Outros	11.261	10.870	11.261	10.870
	343.422	333.271	345.710	333.271
Vendas				
Outros	1.592	222	1.592	222
	1.592	222	1.592	222
Gerais e administrativas				
Despesas com benefícios a empregados	10.382	11.102	10.382	11.102
Despesas de depreciação e amortização	1.954	1.929	1.954	1.929
Serviços de terceiros	1.225	1.443	1.225	1.443
Outros	3.292	2.674	3.292	2.674
	16.853	17.148	16.853	17.148

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Custos				
Custo de venda da frota	57.302	41.411	59.250	41.411
Despesas com benefícios a empregados	30.636	38.601	30.636	38.601
Despesas de depreciação e amortização	63.521	55.789	63.521	55.789
Manutenção e reparos	23.424	30.476	23.424	30.476
Serviços de terceiros	3.789	4.549	3.789	4.549
Outros	3.690	7.482	3.690	7.482
	182.362	178.308	184.310	178.308
Vendas				
Outros	1.533	81	1.533	81
	1.533	81	1.533	81
Gerais e administrativas				
Despesas com benefícios a empregados	4.034	6.143	4.034	6.143
Despesas de depreciação e amortização	981	965	981	965
Serviços de terceiros	628	717	628	717
Outros	1.625	1.415	1.625	1.415
	7.268	9.240	7.268	9.240

Notas Explicativas

23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Período de seis meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**30/06/15**	**30/06/16**	**30/06/15**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(46.187)	(41.592)	(46.187)	(41.592)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(27.165)	(31.547)	(27.165)	(31.547)
Juros sobre debêntures	(32.266)	(21.993)	(32.266)	(21.993)
Despesas com hedge	(118.644)	(43.709)	(118.644)	(43.709)
Despesas com variação cambial	(29.223)	(67.576)	(29.223)	(67.576)
Outros	(14.065)	(7.185)	(14.070)	(7.185)
	(267.550)	(213.602)	(267.555)	(213.602)
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	32.628	19.436	32.665	19.472
Receitas com hedge	27.405	60.687	27.405	60.687
Receitas com variação cambial	99.692	37.942	99.692	37.942
Outros	442	3	442	3
	160.167	118.068	160.204	118.104
	(107.383)	(95.534)	(107.351)	(95.498)

	Período de três meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	**30/06/15**	**30/06/16**	**30/06/15**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.752)	(21.317)	(23.752)	(21.317)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(12.979)	(15.514)	(12.979)	(15.514)
Juros sobre debêntures	(15.979)	(11.130)	(15.979)	(11.130)
Despesas com hedge	(64.983)	(41.502)	(64.983)	(41.502)
Despesas com variação cambial	(15.843)	(25.187)	(15.843)	(25.187)
Outros	(7.068)	(3.782)	(7.072)	(3.782)
	(140.604)	(118.432)	(140.608)	(118.432)
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	15.035	7.887	15.049	7.905
Receitas com hedge	13.983	21.767	13.983	21.767
Receitas com variação cambial	55.853	37.590	55.853	37.590
Outros	282	2	282	2
	85.153	67.246	85.167	67.264
	(55.451)	(51.186)	(55.441)	(51.168)

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros (Consolidado)

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia e sua controlada, conforme o quadro abaixo:

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Informações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2016

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

		30/06/16					31/12/15	
Ativo	**Nota**	**Registrados pelo valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	150.437	150.437	150.437	187.448	187.448
Contas a receber de clientes	8	-	-	142.348	142.348	142.348	143.363	143.363
Contas a receber por alienação de controlada	9,10	-	152.034	-	152.034	152.034	144.725	144.725
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	174.965	-	174.965	174.965	175.212	175.212
Instrumentos financeiros derivativos		27.913	-	-	27.913	27.913	90.861	90.861
		27.913	326.999	292.785	647.697	647.697	741.609	741.609

Passivo	**Nota**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Registrados pelo valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Fornecedores		66.445	-	-	66.445	66.445	53.235	53.235
Financiamentos e empréstimos	14	1.139.118	-	-	1.139.118	1.142.220	1.194.598	1.197.585
Arrendamento mercantil	17	321.408	-	-	321.408	321.408	387.340	387.340
Debêntures	18	379.213	-	-	379.213	381.109	419.690	421.789
Instrumentos financeiros derivativos		-	23.590	-	23.590	23.590	1.927	1.927
		1.906.184	23.590	-	1.929.774	1.934.772	2.056.790	2.061.876

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros

- Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.
- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Aplicações financeiras vinculadas - São definidos como ativos designados como mantidos até o vencimento.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.
- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que indicam os instrumentos financeiros derivativos, são inteiramente classificados no nível II da hierarquia de valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia e sua controlada mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2016, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 30 de junho de 2016, o valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de USD 110.825 (R$ 355.727).

Notas Explicativas

				30/06/16	
Instrumento	**Vencimentos**	**Ativo - Taxa média (risco contratado)**	**Passivo - Taxa média (objeto protegido)**	**Ativo**	**Passivo**
Swap de moedas	11/09/16 a 20/03/19	CDI + 3,57% a.a.	US$ + 3,27% a.a.		
(-) Parcela classificada no circulante				(15.318)	(10.661)
Não circulante				12.595	12.929

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como conseqüência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia para contratação destas operações.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 30 de junho de 2016, é de R$ 5.483, representando 4% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R$ 5.284, equivalentes a 4%.

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Notas Explicativas

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia e sua controlada em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nocional e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia e sua controlada não esperam impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada à moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia e sua controlada, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e sua controlada. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 14,13%.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	123.898	17.507	13.130	8.754
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	174.965	24.723	18.543	12.361
			298.863	42.230	31.673	21.115
Impacto no resultado					(10.557)	(21.115)
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Baixa do CDI	355.727	(50.264)	(37.697)	(25.132)
Capital de giro	CDI	Baixa do CDI	264.748	(37.409)	(28.057)	(18.704)
Debêntures	CDI	Baixa do CDI	379.213	(53.583)	(40.188)	(26.792)
			999.688	(141.256)	(105.942)	(70.628)
Impacto no resultado					35.314	70.628
Impacto final no resultado					24.757	49.513

Notas Explicativas

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações Financeiras	CDI	Alta do CDI	123.898	17.507	21.884	26.261
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Alta do CDI	174.965	24.723	30.903	37.084
			298.863	42.230	52.787	63.345
Impacto no resultado					10.557	21.115
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Alta do CDI	355.727	(50.264)	(62.830)	(75.396)
Capital de giro	CDI	Alta do CDI	264.748	(37.409)	(46.761)	(56.114)
Debêntures	CDI	Alta do CDI	379.213	(53.583)	(66.979)	(80.374)
			999.688	(141.256)	(176.570)	(211.884)
Impacto no resultado					(35.314)	(70.628)
Impacto final no resultado					(24.757)	(49.513)

A Companhia e sua controlada não esperam mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A gestão do risco de liquidez é feita pelo Comitê de Investimentos, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção adequada de recursos financeiros de curto prazo em caixa e equivalentes de caixa e através: (i) caixa gerado pelas atividades operacionais de serviços prestados, (ii) um aumento dos fluxos de caixa gerados pela venda de ativos para renovação de frota, e (iii) acesso a linhas de crédito pré aprovadas com terceiros (empréstimos e financiamentos). As projeções da Administração indicam que o aumento dos recursos derivados de contratos de arrendamento mercantil em seu portfólio em 30 de junho de 2016 serão suficientes para cobrir seus obrigações de curto e longo prazo junto a seus credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos com seus clientes, com duração entre 2 e 7 anos, os quais possuem uma geração de receita prevista de R$ 1.327.973 (vide nota 17).

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo

Notas Explicativas

empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio liquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumarizados:

	30/06/16	**31/12/15**
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis (nota explicativa 17), debêntures (nota explicativa 18) e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 24)	1.835.416	1.912.694
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 6) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 7)	(325.402)	(362.660)
Dívida líquida	1.510.014	1.550.034
Patrimônio líquido	186.136	183.704
	1.696.150	1.733.738
Índice de alavancagem financeira	89%	89%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Em 30 de junho de 2016			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	452.075	429.562	257.481
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 17)	188.402	83.595	49.411
Debêntures (nota explicativa 18)	149.234	172.117	57.862
Fornecedores	66.445	-	-
	856.156	685.274	364.754

	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Em 31 de dezembro de 2015			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	390.234	475.766	328.598
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 17)	227.134	104.857	55.349
Debêntures (nota explicativa 18)	95.743	187.935	136.012
Fornecedores	53.235	-	-
	766.346	768.558	519.959

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano, que, em junho de 2016, apresentou variação negativa de 17,8% (positiva em 47% em dezembro de 2015).

Em 30 de junho de 2016 a Companhia mantinha financiamentos em aberto no montante de USD 110.825 (R$ 355.727).

Notas Explicativas

Os empréstimos bancários da Companhia em USD foram substancialmente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nocional e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

Análise de sensibilidade

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um aumento/redução de 25% para a taxa de câmbio do dólar norte-americano e para o Cenário II um aumento/redução de 50%. A taxa de conversão utilizada como base para o cenário atual foi 3,2098.

Aumento na taxa de câmbio

		Valor Base USD	Valor Base R$	Cenário I	Cenário II
Empréstimo em moeda estrangeira	Aumento USD	110.825	355.727	444.658	533.589
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento USD	(110.825)	(355.727)	(444.658)	(533.589)
Exposição líquida		-	-	-	-
Impacto no resultado				-	-

Baixa na taxa de câmbio

		Valor Base USD	Valor Base R$	Cenário I	Cenário II
Empréstimo em moeda estrangeira	Queda USD	110.825	355.727	266.795	177.863
Instrumentos financeiros derivativos	Queda USD	(110.825)	(355.727)	(266.795)	(177.863)
Exposição líquida		-	-	-	-
Impacto no resultado				-	-

25 Informações por segmento (Consolidado)

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

(i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;

(ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e

(iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, os quais são

Notas Explicativas

gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 3.

Locação de máquinas e equipamentos pesados: prestação de serviços por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, indústria, construção civil, infraestrutura, entre outros, incluindo, principalmente, caminhões, implementos rodoviários (tais como reboques e semirreboques) e equipamentos de "linha amarela" (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), por meio de contratos com prazos de três a sete anos, presença nacional e diversificado frota multimarcas.

Terceirização de veículos leves: prestação de serviços para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de prazos de dois a três anos de duração. Adicionalmente, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento e/ou telemetria, frota reserva e/ou dedicada, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

As demonstrações dos resultados por segmento operacional são como segue:

	Locação de máquinas e equipamentos pesados		**Terceirização de veículos leves**		**Total**	
	30/06/16	**30/06/15**	**30/06/16**	**30/06/15**	**30/06/16**	**30/06/15**
Receita operacional líquida						
Serviços prestados	245.151	247.773	129.503	134.549	374.654	382.322
Ativos alienados para renovação da frota	27.829	26.044	74.431	45.473	102.260	71.517
Custos	(190.513)	(210.944)	(155.197)	(122.327)	(345.710)	(333.271)
Resultado bruto	82.467	62.873	48.737	57.695	131.204	120.568
Receitas (despesas) operacionais						
Vendas	(1.471)	(18)	(121)	(204)	(1.592)	(222)
Administrativas e gerais	(10.248)	(7.572)	(6.605)	(9.576)	(16.853)	(17.148)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(469)	(375)	(156)	(430)	(625)	(805)
Depreciação e amortização	84.478	81.515	45.648	39.085	130.126	120.600
EBITDA ajustado por segmento	154.757	136.423	87.503	86.570		
EBITDA					242.260	222.993

(ii) A reconciliação do EBITDA é a seguinte:

Resultado do período	2.432	3.591
(+) Despesas financeiras, líquidas	107.351	95.498
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	2.351	3.304
(+) Depreciação e amortização	130.126	120.600
EBITDA	242.260	222.993

26 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 9.097 para danos materiais e R$ 12.500 para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada possuem apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R$ 7.050 para danos materiais e danos corporais.

27 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

28 Programa de opção de compra de ações

A Companhia aprovou, na 99ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de julho de 2013, o Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa” e “Regulamento”, respectivamente), no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 28/06/2013.

O Regulamento estabelece como elegíveis a participar do Programa, o Diretor Presidente, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Gerentes e outros empregados a critério do Conselho de Administração.

As Ações Objeto do Programa serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Os Beneficiários poderão exercer o direito de Opção de Compra das Ações (“Período do Exercício” ou “Vesting”) na forma prevista na tabela abaixo:

- 20% em 1º de julho de 2014;
- 20% em 1º de julho de 2015;
- 20% em 1º de julho de 2016;
- 20% em 1º de julho de 2017; e

Notas Explicativas

- 20% em 1º de julho de 2018.

O direito de Opção nas datas acima indicadas somente será possível, desde que se verifique a continuidade do vínculo empregatício que o Beneficiário mantém com a Companhia.

As ações sujeitas a Opção de Compra poderão ser adquiridas pelos Beneficiários pelo seu valor de abertura Oferta Pública Inicial de Ações - IP, com deságio de 20% (vinte por cento), corrigido pelo IGP-M, divulgado pela FGV. Nenhuma outorga será concedida antes de 1° de janeiro de 2014.

O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição e celebração do respectivo contrato de aquisição de ações.

As ações objeto da Opção de Compra terão os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos acionistas da Companhia, sendo-lhes sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

É vedado o exercício da Opção de Compra, durante os 30 (trinta) dias que antecedem as datas de fechamento dos resultados da Companhia ao Mercado.

O Regulamento não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia, devendo o Conselho de Administração ou Comitê determinar e realizar os ajustes cabíveis para proteger os interesses dos Beneficiários.

Extinção do Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações

A Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2014, a revogação do Primeiro Programa de Opção de Ações da Companhia, com a consequente extinção do seu respectivo Regulamento do Programa. Para todos os efeitos, o Conselho de Administração poderá estabelecer outros programas de opção de compra de emissão da Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pelos acionistas em 28 de junho de 2013, o qual continua em pleno vigor.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

Curitiba - Paraná

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Ínterim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 3 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk

Contador CRC PR-049038/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e os demais Diretores Estatutários da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega nº 5700, inscrita no CNPJ sob nº 75.609.123/0001-23 (“Ouro Verde”), para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

i. revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Ouro Verde referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Curitiba, 03 de agosto de 2016.

Karlis J Kruklis

Diretor Presidente

Eduardo H Takahara

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio R Leite

Diretor Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e os demais Diretores Estatutários da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega nº 5700, inscrita no CNPJ sob nº 75.609.123/0001-23 (“Ouro Verde”), para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

i. revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Ouro Verde referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Curitiba, 03 de agosto de 2016.

Karlis J Kruklis

Diretor Presidente

Eduardo H Takahara

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio R Leite

Diretor Estatutário